

Campanhas preventivas de câncer de colo de útero: estudo comparativo dos trabalhos publicados nas áreas da Comunicação e da Saúde¹

Emili Correa VIEIRA²

Judy Lima TAVARES³

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM

Resumo

Neste estudo, apresentamos o estado da arte sobre as campanhas preventivas relacionadas ao câncer de colo de útero (CCU), com foco na análise de trabalhos publicados no Portal de Periódicos da CAPES e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), entre 2017 a 2025. Nosso objetivo é investigar como as campanhas preventivas de câncer de colo de útero são debatidas em trabalhos científicos das áreas da Comunicação e da Saúde. Como procedimento metodológico, adotamos a pesquisa bibliográfica (Stumpf, 2005). Os estudos apontam a importância da Atenção Primária à Saúde (APS) na luta contra o CCU por meio da realização de campanhas de esclarecimento, a necessidade de ações preventivas focadas nos públicos e a importância da comunicação integrada na promoção da saúde, evidenciando o papel das organizações públicas na mediação entre políticas de saúde e cidadania.

Palavras-chave: comunicação; campanhas; câncer de colo de útero; SUS.

Introdução

O câncer de colo de útero (CCU) é um tumor que se desenvolve na parte inferior da vagina, no colo do útero, e é causado pelo Papilomavírus Humano (HPV), (Diniz, 2009). No Brasil, a cada ano, são diagnosticados em torno de 17 mil novos casos desse tipo de câncer. As mulheres nortistas, dentre as brasileiras, representam o grupo mais sujeito a esta doença, principalmente as que vivem em áreas rurais e ribeirinhas, que possuem dificuldade no acesso a informações e ao serviço básico de saúde (INCA, 2022). Apesar de ser um câncer frequente e com uma elevada taxa de mortalidade, suas lesões, se identificadas na fase inicial, com o exame preventivo Papanicolau (Brasil, 2002), têm a possibilidade de cura (Kligerman, 2002).

¹ Trabalho apresentado no Espaço Graduação, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Estudante de Graduação do Curso de Relações Públicas da FIC/UFAM,
e-mail: emilicorrea@outlook.com.br.

³ Orientadora da pesquisa. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Líder do Encontro das Águas: grupo de pesquisa em Comunicação e Saúde na Amazônia,
e-mail: judy@ufam.edu.br.

Somada a essa estratégia, a vacinação contra o HPV e a utilização de preservativos durante as relações sexuais ajudam, também, a reduzir a transmissão do vírus.

Por ser a doença que mais causa mortes prematuras entre as mulheres no Brasil, o câncer de colo de útero se torna um desafio significativo para a saúde pública nacional. Apesar do aspecto preventivo da doença, a adesão a medidas cabíveis ainda enfrenta barreiras relacionadas à falta de informação, dificuldade de acesso e as desigualdades socioeconômicas. As campanhas preventivas promovidas pelo Ministério da Saúde promovem a divulgação de informações, estimulando atitudes preventivas.

Diante disso, investigamos como as campanhas preventivas de câncer de colo de útero são debatidas em trabalhos científicos das áreas da Comunicação e da Saúde, com foco na análise de estudos publicados no Portal de Periódicos da CAPES e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), entre os anos de 2017 a 2025.

Metodologia

Nesta pesquisa, de método qualitativo, de natureza básica e de objetivos exploratórios e descritivos, adotamos, como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica (Stumpf, 2005). O estado da arte foi elaborado a partir de nove estudos coletados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), com recorte temporal do período de 2017 a 2025. Trabalhamos com os descritores comunicação, campanhas, câncer de colo de útero e SUS,

Os principais resultados são apresentados na seção a seguir:

Análise dos dados e discussão

O modelo de assistência à saúde pública no Brasil sofreu alterações, aumentando a valorização da promoção da saúde. Promover a saúde desponta como meio de oferecer ao indivíduo a capacidade de gestão e controle sobre os determinantes essenciais para que as doenças sejam evitadas, tornando-o protagonista do seu cuidado. Todavia, esse protagonismo não se mantém de forma isolada; ele pressupõe a execução do dever do Estado em garantir a oferta estruturada de serviços, o esquema vacinal contra o HPV, o exame de rastreamento, a distribuição de preservativos e a manutenção de uma comunicação em saúde eficaz. Afinal, um sistema que assegure os meios necessários para lidar com o autocuidado no combate ao câncer de colo de útero é essencial para a prevenção (Bilotti *et al.*, 2017, p. 3). Ao retirarmos a

promoção da saúde para além da responsabilização individual, evidenciamos que a prevenção do câncer de colo de útero se encaixa no exercício da cidadania, de forma a demandar de políticas públicas e estratégias na comunicação que sejam capazes de garantir o direito à informação e o acesso aos serviços.

Segundo Bilotti *et al.*, (2017, p. 14), as mulheres buscam mais informações relacionadas à saúde e ao autoconhecimento em detrimento aos homens, procurando e utilizando a Atenção Primária à Saúde (APS) como um ponto regular onde buscam acesso a ações preventivas e assistenciais (Galvão, 2019, p. 9). Em relação a isso, o estudo de Lima *et al.*, (2024, p. 2) mostra a importância das Unidades Básicas de Saúde (UBS) na luta contra o CCU, por meio da realização de campanhas de esclarecimento e prevenção, trazendo-lhes orientação frente à enfermidade. A equipe multidisciplinar tem um papel fundamental na propagação de conhecimento, estimulando a adesão ao esquema vacinal e o exame de rastreamento, a fim de minimizar os fatores e comportamentos de risco (Tiago; Souza; Borges, 2021, p. 2 *apud* Compaore *et al.*, 2016). Nesse sentido, as UBS se configuram como meios estratégicos de contato entre o Estado e a comunidade, operando, ao mesmo tempo, como espaços de assistência e articulação comunicacional no território nacional, construindo vínculos e fortalecendo práticas de promoção à saúde.

Porém, antes da existência das ações preventivas, precisa existir uma rede estruturada, profissionais orientados e uma conduta padrão na hora da prevenção, diagnóstico e tratamento do CCU (Santos; Ramos; Santos, 2019). As diretrizes clínicas são documentos que apresentam recomendações desenvolvidas com base na literatura científica e têm por intuito otimizar a atenção à saúde por meio da padronização de condutas (Santos; Ramos; Santos, 2019, *apud* Institute of Medicine, 2011). A resistência na utilização das diretrizes clínicas revela que a prevenção precoce do CCU não se sustenta apenas na distribuição de materiais educativos, mas também de um ambiente alinhado e de condutas padrões para funcionarem, reforçando a importância da implementação das diretrizes clínicas de detecção precoce. Além disso, as ações realizadas priorizam as recomendações das sociedades médicas ao invés das recomendações do Instituto Nacional de Câncer (INCA) (Santos; Ramos; Santos, 2019, p. 14). Essas divergências levam à não adesão ao esquema vacinal e ao exame de rastreamento por falta de conhecimento, e geram problemas de saúde às mulheres com tratamento de lesões reversíveis, acarretando maior risco de morbidade obstétrica e neonatal, conforme apontam Santos, Ramos e Santos, (2019, p. 14 *apud* Brasil, 2015; 2016).

Em relação ao design das campanhas, Peuker *et al.*, (2017, p. 151) trazem que apresentam signos visuais ligados à feminilidade e conteúdo pouco atrativo, gerando uma exclusão de homens trans e pessoas não binárias, que, embora possuam colo de útero, não se veem representados em tais discursos centrados no universo feminino. Outra discussão que merece destaque é a de Vieira, Azize e Nucci (2024), que fazem uma análise antropológica das campanhas, nas quais o discurso do Estado fica dúbio, dando a entender que apenas a vacina do Papilomavírus Humano (HPV) garante o não desenvolvimento do câncer.

Na mesma linha de pensamento, Santos, Ramos e Santos (2019, p. 13) corroboram os achados de Paro, Souza e Silva (2020, p. 187), ao afirmarem que as ações preventivas realizadas dentro de campanhas já consolidadas possuem um caráter temporário, revelando uma contradição entre as diretrizes clínicas e os princípios do SUS. A concretização das ações preventivas no cotidiano da APS deve ser realizada além da sazonalidade, como é feita no Março Lilás e no Outubro Rosa. Somando-se à visão de Lima *et al.*, (2024, p. 2), Paro, Souza e Silva (2020, p. 185) aprofundam a discussão sobre a importância da UBS como ponto de disseminação de informação, discutindo como as ações são, em sua grande maioria, realizadas no interior das unidades, em intervenções na sala de espera.

Trazendo uma perspectiva mais pedagógica para as ações preventivas, Paro, Souza e Silva (2020, p. 187-192) identificam três principais tendências: 1) transmissão, na qual o conhecimento é a parte mais importante de um processo educativo; 2) condicionamento, com ênfase nos resultados comportamentais e sistema de recompensas; e 3) problematização, que, ao invés de se ater ao conhecimento ou comportamento, busca aumentar a capacidade dos indivíduos para detectar problemas reais e buscar soluções criativas (Paro; Souza; Silva, 2020, p. 187-192 *apud* Bordenave, 1989). Ao privilegiar a abordagem problematizadora, a comunicação pública em saúde reconhece o sujeito como agente no cuidado coletivo.

Referências

A eficácia das ações de educação em saúde no controle e prevenção do câncer de colo do útero. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 10, n. 16, p. e393101624299, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i16.24299. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/24299>. Acesso em: 23 out. 2025.

BILOTTI, Carolina Correia; NEPOMUCENO, Larissa Dalpiaz; ALTIZANI, Gabriela Marengone; MACUCH, Regiane da Silva; LUCENA, Tiago Franklin Rodrigues;

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância (Conprev). Falando sobre câncer do colo do útero. – Rio de Janeiro: MS/INCA, 2002

DINIZ, Guilherme Cabral. Vírus do papiloma humano (HPV): aspectos moleculares, reação imunológica do hospedeiro e bases do desenvolvimento da vacina . **Revista Interdisciplinar de Estudos Experimentais**, v. 1, n. 3, p. 114 - 120, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/riee/article/view/23912>. Acesso em: 24 mar. 2025.

GALVÃO, J. R. et al.. Trajetórias assistenciais de usuárias pela APS em uma região de saúde: trânsito livre, pontos de lentidão e parada. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, n. 4, p. e290404, 2019.

Instituto Nacional de Câncer - INCA. A mulher e o câncer do colo do útero. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/centrais-de-conteudo/exposicoes/a-mulher-e-o-cancer-do-colo-do-utero>. Acesso em: 27 nov. 2024.

KLIGERMAN, J. Estimativas sobre a Incidência e Mortalidade por Câncer no Brasil - 2002. **Revista Brasileira de Cancerologia**, [S. l.], v. 48, n. 2, p. 175–179, 2002. DOI: 10.32635/2176-9745.RBC.2002v48n2.2246. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/2246>. Acesso em: 29 jan. 2026.

LIMA, D. E. de O. B.; GEMAQUE, N. S.; NEGRÃO, C. F.; MARQUES, T. D. S. Conhecimento de Mulheres acerca do Exame Papanicolaou. **Revista Brasileira de Cancerologia**, [S. l.], v. 70, n. 1, p. e–054393, 2024. DOI: 10.32635/2176-9745.RBC.2024v70n1.4393. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/4393>. Acesso em: 23 out. 2025.

PARO, César Augusto; SOUSA, Livia Moura de; SILVA, Neide Emy Kurokawa e. Análise das experiências da Comunidade de Práticas sobre o enfrentamento do câncer de colo de útero. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 176–198, 2020. DOI: 10.14393/REP-2020-51402. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/51402>. Acesso em: 23 out. 2025.

PEUKER, Ana Carolina; BRITZ DE LIMA, Natália; FREIRE, Karine; MIOLO, Caio Marcelo; DE CASTRO, Elisa Kern. Construção de um material educativo para a prevenção do câncer de colo do útero. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 146–160, 2017. DOI: 10.5433/2236-6407.2017v8n2p146. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/25114>. Acesso em: 23 out. 2025.

SANTOS ROMD, RAMOS DN, MIGOWSKI A. Barreiras na implementação das diretrizes de detecção precoce dos cânceres de mama e colo do útero no Brasil.

Physis [Internet]. 2019;29(4):e290402. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290402>

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, J. R.; AZIZE, R.; NUCCI, M. F.. Entre tecnologias de gênero e da saúde: uma análise das campanhas preventivas de HPV e câncer no colo do útero de 2014 a 2020.

Ciência & Saúde Coletiva, v. 30, n. 8, p. e04072024, 2025.